



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

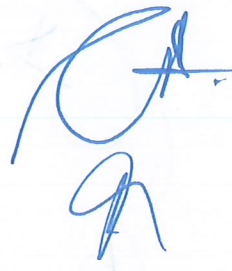
PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

**Sociedade de
Desenvolvimento
do Porto Santo, S.A.**

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	4
RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS	5
MENSAGEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. MISSÃO, VISÃO, VALORES	9
3. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS.....	9
4. POLÍTICAS.....	18
4.1. PROCURA / OFERTA.....	18
4.1.1. CONCESSÕES	24
4.2. PREÇOS / TARIFÁRIOS	29
4.3. RECURSOS HUMANOS.....	29
4.4. CONTROLO E ADEQUAÇÃO DE GASTOS.....	35
4.5. ENDIVIDAMENTO	35
5. ORÇAMENTO	35
5.1. PRESSUPOSTOS.....	35
5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO.....	36
5.2.1. ORÇAMENTO DE RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	36
5.2.2. ORÇAMENTO DE GASTOS DE EXPLORAÇÃO	36
5.2.3. AMORTIZAÇÕES.....	37
5.2.4. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	37
6. PLANO DE INVESTIMENTOS	38
6.1. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS.....	38
6.2. INVESTIMENTOS PLURIANUAIS.....	41
6.3. INVESTIMENTOS RELEVANTES OU MATERIAIS.....	43
6.4. FONTES DE FINANCIAMENTO.....	45
7. FINANCIAMENTO	45
7.1. FINANCIAMENTO REMUNERADO	46
7.2. FINANCIAMENTO NÃO REMUNERADO.....	46
7.3. BREVE ANÁLISE DE AVALIAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO	46
8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES.....	46

8.1.	CRESCIMENTO DO VOLUME DE NEGÓCIOS E GASTOS OPERACIONAIS.....	46
8.2.	EVOLUÇÃO DO EBITDA E EBITDA RECORRENTE	46
8.3.	EFICIÊNCIA OPERACIONAL E MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DO DESEMPENHO	47
8.4.	REDUÇÃO DO VOLUME DE PAGAMENTOS EM ATRASO ("ARREARS").....	47
8.5.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP EM DIAS).....	48
8.6.	RACIONALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	48
8.7.	MAXIMIZAÇÃO DO RECURSO A FUNDOS EXTERNOS	48
8.8.	RÁCIOS	48
9.	INDICADORES ECONÓMICO E FINANCEIROS	49
9.1.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS	51
9.1.1.	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL (BALANÇOS)	51
9.2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL.....	53
9.3.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	54
10.	RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO NA ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA.....	55
10.1.	RECEITA	56
10.2.	DESPESA	59
10.3.	PLANO DE FINANCIAMENTO	64
10.4.	AUTO-FINANCIAMENTO	64
10.5.	FINANCIAMENTO - PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA	64
10.6.	RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2025	65
10.7.	DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL	66
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
12.	ANEXOS.....	69
12.1.	ANEXO I – PLANO DE INVESTIMENTOS.....	70
12.2.	ANEXO II – MAPAS – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO NA ÓTICA DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	71
12.2.1.	JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO 2025	93
12.2.1.1.	ANEXO I – ORÇAMENTO DA RECEITA	93
12.2.1.2.	ANEXO II – ORÇAMENTO DA DESPESA	95
12.2.1.3.	ANEXO II – A – EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS DE PESSOAL	100
12.2.1.4.	ANEXO V – MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DO ORAM 2025	101



FICHA TÉCNICA

Elaborado por:

Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Intervenientes:

Conselho de Administração
Unidade de Assessoria Jurídica Contratação e Contenciosos
Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos
Unidade de Gestão de Equipamentos e infraestruturas
Unidade de Gestão Financeira
Unidade de Gestão de Recursos Humanos
Centro Cultural e de Congressos
Campo de Golfe do Porto Santo

Coordenação dos Trabalhos:

Conselho de Administração

Dados financeiros:

Unidade de Gestão Financeira
Opção Divina – contabilista certificado

Revisão, paginação e desenho das capas:

Unidade de Gestão de Concessões, Comunicação e Projetos

Aprovado por Deliberação n.º 83/2025 do Conselho de Administração de 11 de agosto

Distribuído:

Remetido aos órgãos competentes em suporte digital e inserido no Portal do TdC

Publicado no site www.sociedadesdesenvolvimento.com

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA	DESIGNAÇÃO
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença
AICTPS	Associação da Indústria, Comércio e Turismo do Porto Santo
APMadeira	Associação de Promoção da Madeira
ARAE	Autoridade Regional das Atividades Económicas
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
CCC	Centro Cultural e de Congressos
CGSS	Clube de Golfe do Santo da Serra
DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
EPI	Equipamentos de proteção Individual
EPM	Empresas Públicas Reclassificadas
EPNR	Empresas Públicas Regionais não reclassificadas
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRAE	Indicador Regional de Atividade Económica
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
MPE	Madeira Parques Empresariais, S.A.
NCP	Norma de Contabilística Pública
OID	Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo
ORAM	Orçamento Região Autónoma da Madeira
PCV	Plano de Comercialização e Venda
PG	Palheiro Golfe
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAR	Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da RAM
POT	Programa de Ocupação Temporária de Desempregados
PSG	Porto Santo Golfe
RAM	Região Autónoma da Madeira
REACT-EU	Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe
SDNM	Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
Ponta do Oeste	Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.
SDPS	Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.
SERAM	Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SINTAP	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
SMD	Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas

MENSAGEM CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025, no qual se enunciam os projetos, as iniciativas e as atividades a executar no ano.

O Plano de Atividades, enquadrado pela missão, visão e valores da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. reflete a sua natureza enquanto, por um lado entidade pública reclassificada, e por outro, entidade estratégica e de interesse público para o desenvolvimento integrado sócio económico e cultural das populações, envolvendo a Ilha do Porto Santo.

O Plano de Atividades e Orçamento, que aqui apresentamos, foi objeto de participação dos colaboradores e do Contabilista Certificado na sua elaboração.

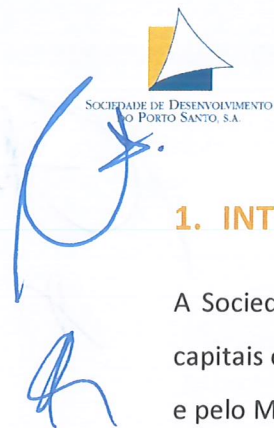
A manutenção de espírito de equipa entre todos os colaboradores, a postura colaborante e um grande comprometimento com as orientações estratégicas plasmadas neste documento, fazem parte do compromisso, de modo a garantir o cumprimento das atividades previstas.

No ano 2025, a SDPS continuará a pautar a sua ação pela prestação de serviço público, quer nas atividades desempenhadas sob gestão direta, quer no acompanhamento e disponibilização de equipamentos e infraestruturas, com mitigação de riscos de segurança para pessoas e bens, pugnando pela sustentabilidade ambiental e socioeconómica.

Sendo um importante instrumento de gestão, o Plano de Atividades é também uma ferramenta de planeamento flexível, e por isso, ajustável a medidas corretivas que se venham a revelar necessárias ao longo do ano e que sejam evidenciadas no âmbito do acompanhamento permanente da execução.

Por fim, o nosso agradecimento ao Acionista, ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral, ao Fiscal Único, ao Contabilista Certificado e a todos os colaboradores pelo empenho com que todos apoiaram e acarinharam o Conselho de Administração neste mandato.

O alcance dos objetivos estratégicos em sintonia com a visão da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. serão concretizados com a confiança, trabalho e dedicação de todos com partilha de valores e responsabilidades.



1. INTRODUÇÃO

A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo capital social é detido pela Região Autónoma da Madeira e pelo Município do Porto Santo, com influência dominante da RAM¹.

A função de acionista é exercida pelo Secretário Regional das Finanças, sem prejuízo da devida articulação com o Secretário Regional de Equipamentos e Infraestruturas, membro do Governo Regional responsável pelo respetivo setor de atividade².

Na génese da sua constituição, que ocorreu através do Decreto Legislativo Regional n.º 16/1999/M, de 18 de maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro³, está a prossecução de fins de interesse público, com enfoque no desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Em 2014 a SDPS foi reclassificada, passando a integrar o perímetro de enquadramento orçamental da administração direta regional, estando assim obrigada ao cumprimento de todas as normas e procedimentos no que se refere à execução orçamental, designadamente da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Paralelamente aos objetivos definidos, importa garantir a sustentabilidade económica e financeira da SDPS, concorrendo para o equilíbrio das contas regionais, através da redução da despesa e da exponenciação da receita.

Neste sentido, do lado da receita será dada prioridade ao estabelecimento de parcerias com os *stakeholders* da sociedade, tendo como objetivo promover as infraestruturas e atividades exploradas pela sociedade, bem como continuar com a abertura de procedimentos tendentes à exploração do ativo passível de rentabilização.

Do lado da despesa, priorizar-se-á os investimentos e as despesas inerentes à rentabilização, à adaptação e à manutenção das infraestruturas.

¹ Artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021, de 30 de junho.

² Artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021, de 30 de junho e Decreto Regulamentar Regional n.º 8 -A/2019/M, de 19 de novembro.

³ Diploma que sujeita à cobrança coerciva alguns tipos de créditos da SDPS.

Apostar-se-á na implementação de diversas medidas que permitam a racionalização de gastos, nomeadamente através da aposta na eficiência energética, na economia verde e na digitalização.

Assim e no que se refere aos investimentos, o plano inclui, essencialmente, as intervenções de reabilitação nos empreendimentos e nas infraestruturas da SDPS.

No que toca aos resultados líquidos teremos em consideração os seguintes fatores:

- Vocação da empresa para a prestação de serviço de interesse público e as orientações de gestão do acionista;
- Conversão do empréstimo contraído junto do acionista em prestações acessórias.

O orçamento plasmado neste documento obedece ao estabelecido no Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP) e dá cumprimento aos princípios orçamentais previstos na Lei de Enquadramento Orçamental, bem como ao preconizado na legislação e nos normativos e orientações atinentes à gestão do sector empresarial regional ^{4,5}.

A SDPS é uma empresa que integra o Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelo que no presente Plano de Atividades, Investimento e Orçamento foram tidas também em consideração todas as normas aplicáveis às empresas públicas regionais e à continuação de uma política de contenção orçamental, a qual teve presente os princípios de prudência (os elementos apresentados incluem um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza) e materialidade (são evidenciados todos os elementos considerados relevantes e que possam afetar avaliações ou decisões).

Em 2025, a SDPS prosseguirá uma estratégia, atenta à sua missão e valores, de acordo com o programa do XVI Governo Regional da Madeira e das orientações de gestão emanadas pelos seus acionistas, procurará rentabilizar as infraestruturas, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento no âmbito da “Sustainable Porto Santo - Smart Fossil Free Island”, sustentável nas vertentes ambiental, social e económica, contribuindo, ainda para a alavancagem e incremento do Porto Santo como destino seguro, sustentável e de excelência, sem descurar a construção do 2.º campo de golfe, de forma a dar uma resposta mais eficiente à procura, contribuindo para a notoriedade e visibilidade do Destino Porto Santo.

⁴ A Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo é uma entidade pública reclassificada, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas.

⁵ Designadamente o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021, de 30 de junho.

2. MISSÃO, VISÃO, VALORES

A missão, visão e valores da SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., atentas às suas competências e atribuições, são sucintamente:



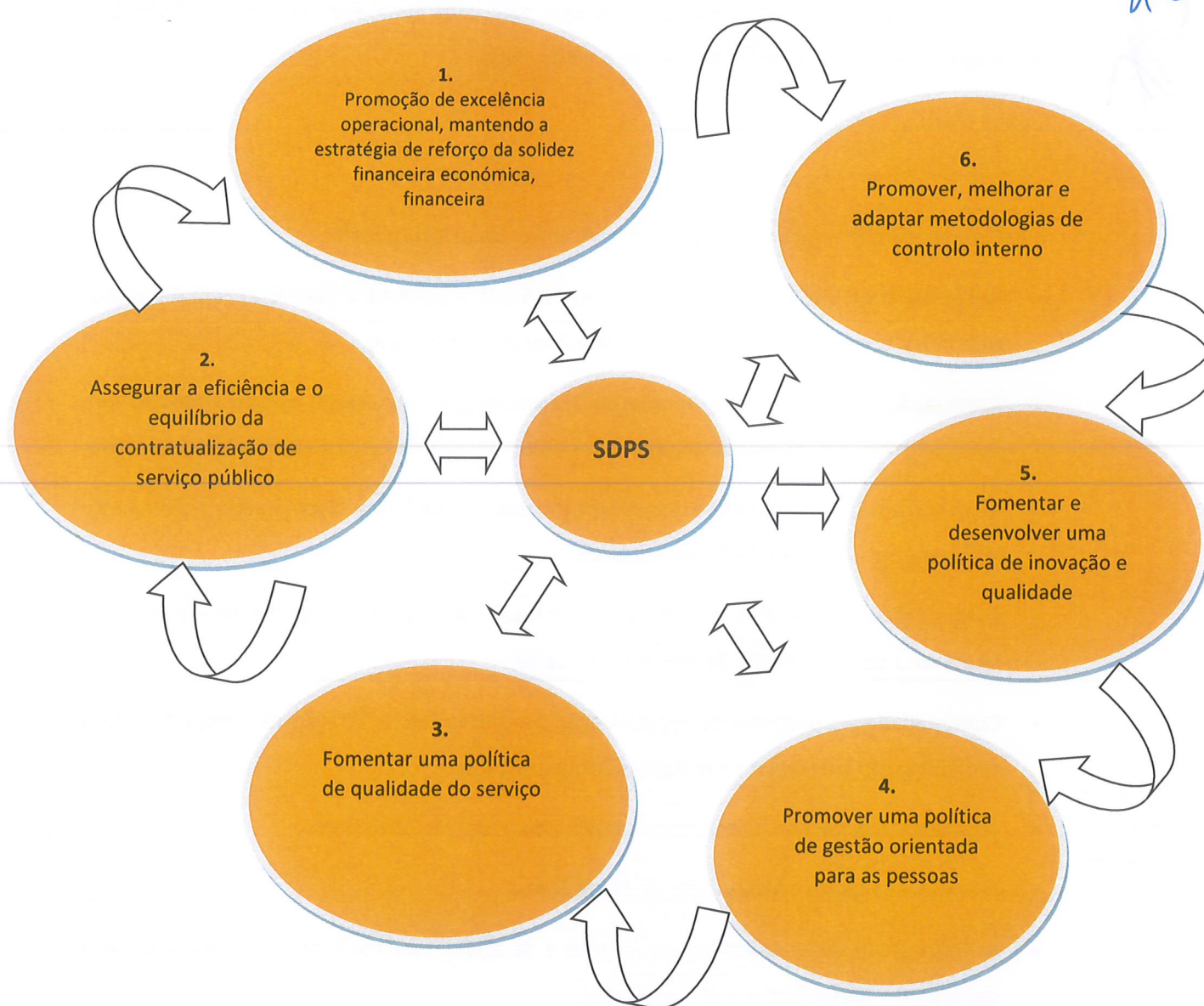
Fonte: SDPS

3. ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A SDPS, atenta a sua missão, em articulação com as políticas definidas pelos Acionistas Governo Regional e Município do Porto Santo, procura a racionalização empresarial, a otimização dos níveis de eficiência, a qualidade do serviço prestado, e respeito por padrões de qualidade e segurança. É socialmente responsável e prossegue na sua atuação objetivos económicos, sociais e ambientais, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos.

A Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 75/2022, de 18 de fevereiro, aprovou as orientações estratégicas de gestão destinadas à globalidade do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

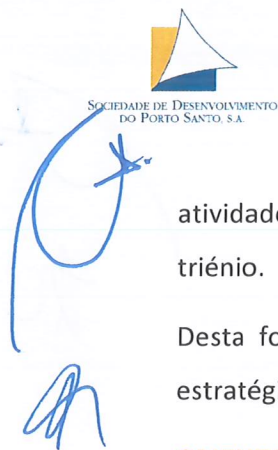
As Orientações Estratégicas⁶ estão sintetizadas em seis grandes temas:



Para as Orientações Estratégicas são definidos objetivos, indicadores, metas e responsáveis, de forma a permitir a sua monitorização e acompanhamento, através de reuniões bimensais do Conselho da Administração com os coordenadores e responsáveis pelos empreendimentos.

Nestes termos, e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 37.º do RJSERAM, através da Circular n.º 1/SRF/UT/2024, foram transmitidas as orientações e objetivos para o próximo triénio (2025 a 2027), para que, com base neles, sejam apresentadas as propostas de planos de

⁶ Fonte: Adaptação das orientações estratégicas constantes da Resolução n.º 75/2022.



atividades anuais e plurianuais e orçamentos para cada ano de atividade, reportado a cada triénio.

Desta forma, apresentamos a matriz contendo, para cada uma das respetivas orientações estratégicas para 2024, as principais ações a empreender:

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 1:

Objetivo 1 - Melhorar a performance económica Sociedade

- Continuação de regularização patrimonial, incluindo as benfeitorias;
- Reabilitação de alguns empreendimentos, de modo a permitir a sua eficaz rentabilização, com impactos na receita e, consequente autonomia financeira;
- Atualização do valor do património da sociedade e a atualização de um cadastro que permita, em qualquer momento, tomar decisões consonantes com a estratégia do acionista;
- Reabilitação de empreendimentos e infraestruturas, conforme discriminado no Plano de Investimentos e Fontes de Financiamento;
- Continuação da alienação dos lotes da 1.ª fase A e loteamento da 1.ª fase B da zona imobiliária do Aldeamento do Porto Santo Golfe;
- Continuidade ao processo de regularização do património e atração de parceiros para a rentabilização e desenvolvimento das infraestruturas;
- Ampliação das infraestruturas para a prática do padel no Porto Santo;
- Aquisição da quota do Município do Porto Santo;
- As infraestruturas e equipamentos criados e de apoio quer aos locais, quer aos visitantes deverão ser maximizadas e rentabilizadas.

Objetivo 2 – Definição de um quadro de ação estratégico que possibilite e aumente o contributo da Sociedade em ordem a alcançar a meta do equilíbrio e sustentabilidade do setor e de suporte aos seus planos operacionais

- Elaboração do Relatório de sustentabilidade;
- Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de governo na área energética (a candidatar no MCA – FEDER Madeira 20-30) e no mapeamento efetuado da responsabilidade do Município do Porto Santo;

- Mudança e substituição de sistemas elétricos e aquecimento de águas por outros mais eficiente;
- Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de governo no aproveitamento de águas residuais na rega do campo de golfe;
- Colaboração anual na elaboração do PIDDAR e no relatório do PIDDAR.

Objetivo 3 - Melhorar o nível da gestão organizacional encontrando pontos de ancoragem organizacional capazes de garantir a sua eficácia em termos operacionais, passando do “business as usual” para o “business as unusual”

- Elaborar o Regulamento Interno e implementação de manual de normas e procedimentos internos;
- Monitorização do plano e relatório de riscos da Sociedade e do plano para a igualdade;
- Continuação do modelo de gestão partilhada de trabalhadores e serviços das 4 Sociedades de Desenvolvimento – Ponta do Oeste, SMD, SDPS e SMD;
- Gestão partilhada com o Município do Porto Santo, nomeadamente na manutenção da frente mar e da Praça do Barqueiro.

Objetivo 4 - Assegurar ambientes de trabalho participativos e positivos capazes de melhorar os resultados do desempenho organizacional, e estimular e valorizar a inovação, a apropriação dos saberes organizacionais.

- Reuniões conjuntas e meetings entre o Conselho de Administração e os Coordenadores;
- Reuniões conjuntas e meetings entre o Conselho de Administração e os responsáveis pelos empreendimentos;
- Convívios de Natal com todos os colaboradores;
- Comemoração do aniversário dos empreendimentos com todos os colaboradores;
- Reuniões de objetivos por equipa e por empreendimentos.

Objetivo 5: Medir e avaliar os resultados da gestão (resultados obtidos versus resultados desejados), para eventuais correções de rota.

- Construção de templates para a mensuração do desempenho VS planeado / cumprimento dos objetivos;

- Implementação da contabilidade de gestão, em cumprimento da NCP 27;
- Envio mensal dos indicadores com gastos e rendimentos dos empreendimentos comparando-os com o planeado e justificação para os desvios.

Objetivo 6 - Recorrer, sempre que possível ao benchmarking, no sentido de encontrar benchmarks para os seus indicadores e processos de gestão, com o objetivo de serem obtidas comparações entre os seus indicadores e os de outras organizações, de modo a obter um referencial e um nível de performance, reconhecidos como padrão de excelência.

- Elaboração de benchmarking para o Campo de Golfe e o Centro Cultural e Congressos do Porto Santo;
- Elaboração de benchmarking e ou avaliação imobiliária para os espaços das concessões e arrendamentos, à medida que vão caducando os atuais contratos e para o lançamento de novos procedimentos.

Objetivo 7 - Garantir que se atinja a eficácia, eficiência, objetivos, metas e resultados pretendidos, assegurando desta forma a criação de valor para todos os stakeholders das organizações, bem como a sustentabilidade destas.

- Elaboração e implementação do plano de marketing;
- Participação em feiras internacionais, a título individual e ou conjuntamente com a Associação de Promoção da RAM;
- Celebração de protocolos de utilização das infraestruturas com Associações e Entidades Públicas;
- Adaptação das infraestruturas à certificação e formação em sistemas de gestão da qualidade, permitindo à organização potenciar o desempenho geral e manter o foco na oferta de produtos e serviços de qualidade ao cliente;
- Internacionalização das infraestruturas e equipamentos da SDPS, com destaque para o Porto Santo Golfe,

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2:

Objetivo 1 – A SDPS na prestação de serviço público e de modo a ser ressarcida apresentará à Região propostas de contratualização da prestação de serviço, com metas quantitativas a

gastos auditáveis e que reflitam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas do mercado, aferidas através da contratação pública para a realização de gastos.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 3:

Objetivo 1 - Promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado em especial no Porto Santo Golfe.

Objetivo 2 - Adotar metodologias de medição dos resultados através do grau de satisfação dos clientes/utentes.

- Inquérito de satisfação anual aos utentes do Porto Santo Golfe;
- Análise e implementação das melhorias apontadas no inquérito;
- Implementação do livro dos elogios;
- Implementação do cliente mistério.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 4:

Objetivo 1 - Conceber e implementar políticas de gestão de pessoas orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo à formação, a fim de captar o conhecimento dos colaboradores e envolvê-los no processo de tomada de decisão, aumentando a sua produtividade, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa.

- Ações de formação previstas elencadas no plano de formação plurianual 2024-2026, com destaque para no conjunto das 4 Sociedades: com destaque para;
 - Contratação pública – entre 15 a 20 participantes;
 - SIADAP – entre 40 a 50 participantes;
 - Informática – 40 a 50 participantes
 - Liderança e chefia – 15 participantes
- Ações pontuais de formação gratuita (DRAP; SREI; ...) – até 10 participantes;
- Permitir a valorização dos trabalhadores através da autoformação – atribuição do estatuto de trabalhador-estudante;

- 
- Otimização dos recursos humanos, através do desenvolvimento e definição de competências polivalentes, motivando e adaptando os trabalhadores às unidades e empreendimentos que melhor se enquadrem nas respostas às suas problemáticas, com evidentes benefícios na eficiência e eficácia da organização e com reflexo positivo na orgânica da organização;
 - Definição e implementação de normas e procedimentos internos tendo em vista o aumento da eficiência dos serviços, com benefícios operacionais e financeiros, libertando recursos para tarefas que se revelem adequadas à melhoria da performance financeira da sociedade e ao aperfeiçoamento das relações com os stakeholders;
 - Prestação atempada de informação clara e sucinta que permita a tomada de decisões de forma mais célere e eficaz. Desta forma, pretende-se estabelecer minutas de relatórios a serem elaborados pelos responsáveis pelas unidades e empreendimentos, por forma a permitir um acompanhamento permanente da atividade da sociedade e a tomada de decisões em consonância com a estratégia definida pelo acionista;
 - Otimização dos recursos humanos, designadamente a substituição das saídas, e consolidação de mobilidades, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços, quando tal se revele necessário;
 - Contratualização e implementação da higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa;
 - Conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional;
 - Receção de desempregados colocados pelo IEM – Instituto de Emprego da Madeira, sempre que tal se manifeste do interesse das partes;
 - Autodesenvolvimento para desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

Objetivo 2 - Conceber e implementar planos de igualdade entre homens e mulheres.

- Monitorização do plano de igualdade, integrado no plano de gestão de riscos.

Objetivo 3 - Criar mecanismos que permitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

- Atribuição de horário de trabalho diferenciado (jornada contínua, ...) sempre que legalmente possível;
- Deferimento das situações para acompanhamento de descendentes e ascendentes, licença parental.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 5:

Objetivo - Promover e estimular as novas ideias, novos produtos, novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental

- Lançamento de campanhas de angariação de novos nichos de mercado;
- Apoiar parcerias com missão de causas sociais e ambientais;
- Implementação de programas e medidas de sustentabilidade ambiental, em linha com o programa de Governo, designadamente nas áreas:
 - Energéticas;
 - aproveitamento das águas de rega.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 6:

Objetivo - Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa que cubram todos os riscos relevantes assumidos, que assegurem a melhoria de tomada de decisões no sentido de atingir metas e objetivos da organização, apoiados em sistemas de informação e ferramentas de gestão (conhecer para melhor agir) e fortalecimento dos mecanismos de "accountability", suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, nomeadamente da Inspeção Regional de Finanças e o Tribunal de Contas.

- Digitalização / ganhos de eficiência na aquisição de bens e serviços
- Negociação através de agrupamento de empresas dos contratos de uso comum (higiene e limpeza, digitalização, arquivo, comunicações, entre e outras aquisições de bens e serviços), com ganhos de escala, com o lançamento de procedimentos para a aquisição de bens e serviços comuns:
 - Contrato de Prestação de Serviços de Contabilidade para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor);

- Contrato de Prestação de Serviços de Revisores Oficiais de Contas para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor);
 - Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Documental e Arquivo para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor);
 - Contrato de Prestação de Serviços de Impressão, Cópias, Digitalização e Fax para as Sociedades de Desenvolvimento (em vigor);
 - Contrato de Aquisição de Material de Escritório para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor);
 - Contrato de Aquisição de Materiais e Produtos de Limpeza para os Empreendimentos das Sociedades de Desenvolvimento (em vigor).
- Melhorar a eficiência da comunicação intra e extraempresa pelo que para a melhoria da governance e da interface com os diferentes parceiros, estão previstas as seguintes ações:
 - Promoção da utilização de recursos e da agilização dos fluxos de informação, associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os parceiros, contribuindo a implementação do sistema de gestão documental, digitalização da documentação através da plataforma eletrónica e redução do papel;
 - Contrato de Prestação de Serviços de Disponibilização de Plataforma eletrónica de gestão documental IDOK (em vigor);
 - Envio das faturas por e mail, reduzindo significativamente os custos com despesas de correio, rapidez na entrega e redução de papel;
 - Continuar a insistir na melhoria da performance do sistema informático SIAG, de modo que responda às necessidades e exigências legais, nomeadamente as resultantes do SNC-AP e S3CP, dos reportes da contabilidade orçamental/patrimonial, cálculo de juros de mora nas faturas geradas pelo SIAG;
 - Parametrização do SIAG, através da DRPI, conjuntamente com os demais serviços do GR que utilizam o SIAG designadamente para:
 - Atualizações anuais obrigatórias por lei;
 - Cálculo automático de juros de mora;

- Datas de vencimento das faturas;
- Melhoria da performance do sistema informático SIAG, de modo que responda às necessidades e exigências legais, nomeadamente:
 - Resultantes do SNC-AP e S3CP;
 - Reportes da contabilidade orçamental/patrimonial.

4. POLÍTICAS

4.1. PROCURA / OFERTA

A captação de clientes é um dos pilares fundamentais para o bom funcionamento dos diversos empreendimentos sob gestão direta desta sociedade. Importa, assim, credibilizar o trabalho desenvolvido pela organização, assegurando o cumprimento de objetivos estratégicos e operacionais, mensuráveis e assentes em quatro premissas: cliente, receita, qualidade e notoriedade.

Para a prossecução dos objetivos, a Sociedade estabelecerá linhas orientadoras para a implementação de ações promocionais, ferramentas e suportes comunicacionais de apoio ao contacto com os parceiros e com o público, que permitirão, não só aumentar a cooperação e o número de utentes/clientes, mas também a visibilidade, a notoriedade e a importância dos serviços prestados.

Por outro lado, pretendemos aumentar o trabalho em rede através do envolvimento dos 11 municípios de forma a gerir eficazmente as áreas de utilização pública, valorizando e mantendo as infraestruturas criadas nestes concelhos da RAM.

Pretendemos também, acelerar todos os mecanismos necessários para o lançamento de novos procedimentos de concessão e exploração de espaços com vocação comercial e/ou com contratos em fase de caducidade, e ainda, reorganizar áreas subaproveitadas com potencialidade para rentabilização futura.

É objetivo desta sociedade a celebração de protocolos e acordos de cooperação com entidades regionais, nacionais e internacionais, visando novas sinergias e parceiros, com o objetivo de promover os empreendimentos, respetivos espaços e valências.

A Valorização dos recursos humanos, também é um foco. Formando-os para uma cultura da qualidade na perspetiva do cliente interno e externo, orientando-os para a obtenção de melhores resultados.

Acresce ainda a necessidade de avaliar de forma criteriosa e objetiva aspetos positivos e negativos dos empreendimentos, respetivas valências, do programa de atividades e dos serviços prestados, por forma a colmatar e ultrapassar dificuldades.

A SDPS tem empreendimentos sob administração e gestão direta, concessionados e de interesse público, genericamente a seguir discriminados:

- As infraestruturas e equipamentos criados e de apoio quer aos locais, quer aos visitantes deverão ser maximizadas e rentabilizadas, nomeadamente:

CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO

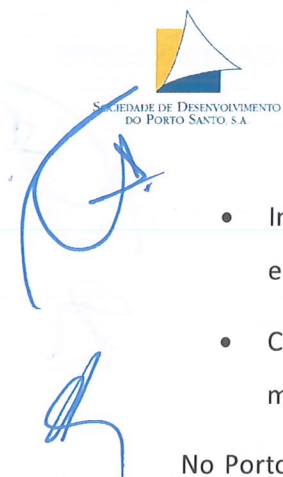


Inaugurado em 1 de outubro de 2004 e idealizado pelo famoso golfista espanhol Severiano Ballesteros, o campo de golfe do Porto Santo assume-se como um excelente cartão de visita da ilha dourada e destino de excelência para todos os praticantes da modalidade, profissionais e amadores.

Num percurso de 18 buracos, par 72, harmoniosamente integrados numa paisagem pontuada por dunas, lagos e deslumbrantes falésias de basalto, o campo estende-se por duas áreas de jogo de grande beleza, uma a norte constituída por falésias e uma a sul que exige um longo e preciso jogo, com lagos fantásticos.

De forma a complementar e a melhorar a experiência pessoal de cada visitante, é oferecido também um vasto conjunto de zonas de apoio. A infraestrutura conta com um clubhouse, uma loja com artigos de golfe, um driving range, um restaurante/bar, aluguer de buggies elétricos e trolleys, um putting green, um chipping green e balneários.

- Continuar e aperfeiçoar a aposta na parceria com operadores estrangeiros, nomeadamente com a operação Escandinávia (Dinamarca, Noruega e Suécia);
 - Diversificar a operação golfe e estabelecer parcerias com outros operadores turísticos;
 - Estabelecer protocolos com outros campos de golfe;
 - Reforçar o protocolo com a AP Madeira para a promoção do Porto Santo Golfe;
 - Promover a participação do PSG em eventos e feiras de golfe, com o intuito de melhorar a sua promoção;
-
- Iniciar a empreitada de construção de 9 buracos do 2.º campo de golfe de 18 buracos, para aumento da oferta deste nicho de mercado;
 - Reforçar o desenvolvimento e a promoção de torneios em parceria com empresas, clubes e associações;
 - Incentivar a organização de torneios, nomeadamente o Torneio de Golfe “Colombo’s Golf Trophy” e implementação de outros torneios temáticos;
 - Investir na divulgação e promoção do PSG através do site, redes sociais e visitas virtuais a 360º graus;
 - Promover visitas de cortesia com turistas/residentes de grupos organizados por entidades sem fins lucrativos, câmaras municipais, juntas de freguesia, casas do povo, associações, etc.;
 - Aumentar a aposta na formação dos jovens locais, através de parcerias e celebração de protocolos com as escolas, de modo a incentivar a prática desportiva;
 - Apostar na divulgação do golfe a residentes, como forma de angariar potenciais associados do PSG;
 - Reforçar a sustentabilidade do projeto Porto Santo Golfe, integrado na Reserva da Biosfera, reduzindo consumos de água e de eletricidade;



- Incrementar a utilização dos produtos sustentáveis, como por exemplo o cartão de jogo em papel reciclado e tees de bambo;
- Criar uma cultura no Porto Santo Golfe de sustentabilidade, praticada por todos os membros do staff e utilizadores, com o auxílio de ações de formação adequadas.

No Porto Santo Golfe, a adequação da procura à oferta, incluindo projeções, é a indicada no mapa infra, e ainda com margem de crescimento no verão devido ao elevado investimento em reabilitação e à política comercial no sentido de atrair novos públicos, são as indicadas:

QUADRO 1 – PORTO SANTO GOLFE

Ano	N.º de voltas	Crescimento
2021	15 059	
2022	28 544	90%
2023	33 900	19%
2024	38 156	13%
2025	40 000	5%
2026	42 000	5%

Fonte: SDPS

No período de inverno, e até à conclusão do 2.º campo de golfe, existem vários dias com a capacidade esgotada. Desta forma, e em resumo:

- Acréscimo no número de utilizadores no Porto Santo Golfe:
 - 5% em 2025;
 - 5% em 2026.

CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS



Localizado no centro da cidade de Vila Baleira, o Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que tem como principal objetivo a organização de diversos tipos de eventos. Frequentemente são apresentadas iniciativas de âmbito cultural, artístico e educativo com os melhores serviços técnicos assegurados. Turistas e portosantenses podem assistir a produções de grande qualidade de dança, teatro, música e cinema bem como apresentações temáticas, congressos, reuniões e workshops.

Considerado como o mais importante polo cultural da Ilha, o centro cultural apresenta como espaço principal um auditório para cerca de 300 pessoas, várias salas de apoio e tem, ainda, à disposição espaços destinados a serviços públicos e privados, assumindo-se como um espaço versátil e de eleição para a procura de novos conhecimentos e experiências.

Em 2025, em termos de oferta / procura, prevemos um acréscimo de 10% no número de utentes, o que permitirá:

- Exponenciar a dinâmica na utilização e promoção dos espaços e serviços do Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo (CCCPS);
- Apostar na renovação da imagem do CCCPS nos meios de promoção conjunta do destino "Porto Santo/Madeira", na área de congressos e incentivos regionais, nacionais e internacionais;

- Reforçar as parcerias com as entidades culturais, locais e regionais, para a produção de maior número de eventos;
- Promover a dinamização cultural de forma a promover a essência dos costumes e tradições da ilha, em diversos âmbitos, tais como a dança, o teatro e o cinema, direcionado para as diferentes faixas etárias;
- Garantir uma maior rentabilização dos espaços disponíveis, angariando novos serviços para o edifício;
- Requalificar os equipamentos audiovisuais do auditório do CCCPS, dotando-o das mais recentes tecnologias;
- Reforçar a publicidade das iniciativas promovidas no CCCPS, através da substituição da sinalética informativa de interiores e exteriores, incluindo a sinalética do parque de estacionamento;
- Promover a gestão profissional das redes sociais do CCCPS;
- Proceder a acordos de parceria com a Câmara Municipal do Porto Santo e tutela do Governo Regional na área cultural na dinamização do auditório do CCCPS.

No Centro Cultural e Congressos, a adequação da procura à oferta, incluindo projeções, é a indicada no mapa infra:

QUADRO 2 – CENTRO CULTURAL E CONGRESSOS DO PORTO SANTO

Ano	N.º utentes	Crescimento
2021	12 560	
2022	6 715	-46,54%
2023	6 000	-10%
2024	6 386	6%
2025	7 025	10%
2026	7 727	10%

Fonte: SDPS

Em resumo:

- Acréscimo do número de utilizadores Centro Cultural e de Congressos
 - 10% em 2025;
 - 10% em 2026.

Atualmente podemos afirmar que o objetivo de rentabilizar melhor as áreas do Centro Cultural e de Congressos está a ser atingido progressivamente, tendo em conta os arrendamentos dos seus espaços, sendo que a procura incidu mais no auditório.

O parque de estacionamento do CCC, com capacidade para 105 viaturas, é explorado diretamente pela SDPS.

QUADRO 3 – MOVIMENTO 2024 - PARQUE DE ESTACIONAMENTO

	Rotativos	Assinantes	Total
2024	18 574	485	19 059
2025	20 431	534	20 965
2026	22 475	587	23 061

Fonte: Software Parque de Estacionamento/SDPS

O Centro Cultural e de Congressos deverá concentrar a sua agenda e investimento cultural nos meses de menor procura na ilha do Porto Santo, onde os eventos culturais são propiciamente realizados em espaços fechados.

Esta gestão vai também ao encontro de uma maior facilidade nas condições de deslocação dos eventos à ilha do Porto Santo, em parcerias com entidades externas. (ex. viagens, estadias, etc.)

Com a readaptação da atividade da sala de exposições do Centro Cultural e de Congressos, neste triénio é essencial o investimento no reajuste da sala multiusos para o acolhimento deste tipo de eventos.

A manutenção e ajuste das parcerias com o Município e Junta de Freguesia do Porto Santo são fundamentais na dinamização do Centro Cultural e de Congressos.

A presença do Centro Cultural e de Congressos nas feiras temáticas de congressos e incentivos, especialmente na área da Saúde, Desporto e Turismo serão tidas em consideração de modo a incentivar a utilização do espaço pelo setor privado.

4.1.1. CONCESSÕES

- Lançamento de procedimentos de concurso para os espaços disponíveis;
- Monitorização dos processos de concessão;
- Readaptação da atividade concebida de origem dos espaços por concessionar, por forma a suscitar maior interesse e dar resposta à procura por outros segmentos de

negócio, com realce para a instalação da Loja do Cidadão e Loja da Juventude no Centro de Artesanato.

EDIFÍCIO DA BAIANA



Edifício de referência na Ilha Dourada, marcou a vivência de muitas gerações de madeirenses e porto-santenses e ainda hoje continua a impor a sua presença no centro da cidade.

A reabilitação do espaço com a salvaguarda do valor patrimonial do edifício contemplou a área de restauração, arranjos exteriores e a criação do núcleo museológico.

Foram asseguradas todas as condições para a salvaguarda e preservação dos achados arqueológicos, de grande valor cultural, recentemente encontrados neste edifício. É o caso das matamorras – estruturas escavadas no solo para armazenamento e preservação de cereais, outrora abundantes na Ilha e que permitia a sua ocultação aos piratas e corsários que frequentemente assaltavam a Ilha.

O espaço está concessionado no âmbito do procedimento de reabilitação e exploração.

PENEDO DO SONO



A zona lúdica do Penedo do Sono, localizada nas imediações do Porto de Abrigo do Porto Santo, é composta por nove espaços, concebidos e equipados de forma a funcionar como estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas, de lazer e de diversão, com esplanadas e espaços exteriores ajardinados.

Inicialmente, a infraestrutura destacou-se pelas diversas ofertas de restauração e de animação, num espaço longe do centro urbano e da zona residencial. Serviu também de espaço de lazer para vários tipos de eventos.

Atualmente o empreendimento está concessionado.

COMPLEXO DE TÊNIS DO PORTO SANTO



Inaugurado em 2004, o Complexo de Ténis do Porto Santo tornou-se um importante contributo para um Porto Santo mais atrativo no segmento desportivo e turístico. Conta com diversas instalações de apoio, balneários, receção, bar/restaurante, campos de ténis e campos de padel e é a escolha perfeita de ocupação desportiva e de lazer das famílias porto-santenses e de todos os que procuram o Porto Santo para destino de férias.

Atualmente o empreendimento está concessionado.

Acrescem a estas Infraestruturas, outras dotadas de equipamentos com utilidade e interesse público indiscutível, mas sem retorno financeiro para a SDPS e que se exemplifica:

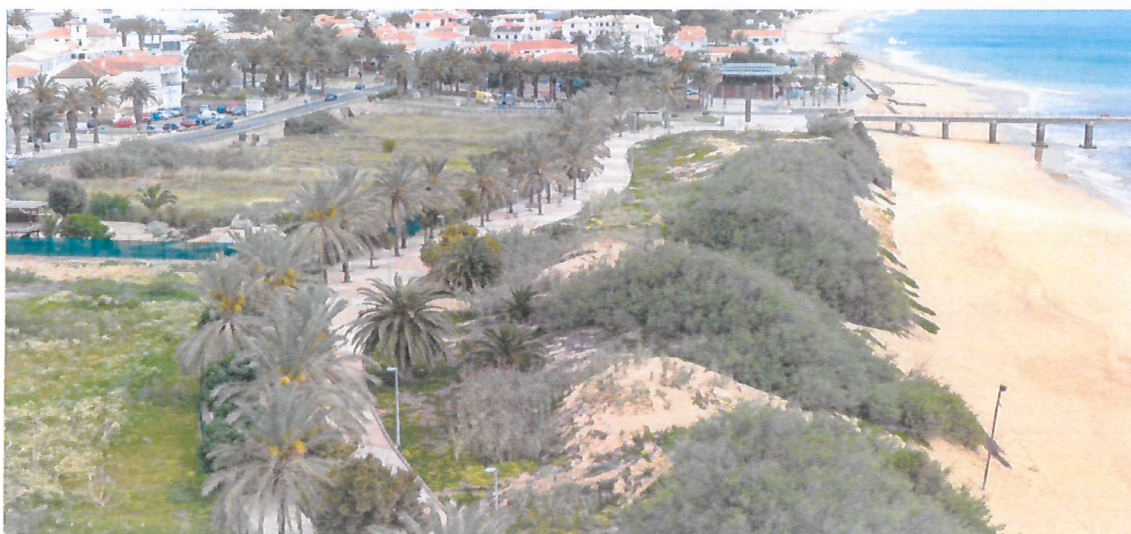
PRAÇA DO BARQUEIRO



Situado no centro histórico da cidade, a Praça do Barqueiro tornou-se num espaço de referência para diversos eventos devido ao seu anfiteatro ao ar livre, que reúne todas as condições para a realização de atividades culturais. No espaço também é possível visualizar a estátua do Barqueiro, homenagem a todos os porto-santenses que tentavam minorar o sofrimento do isolamento a que a Ilha estava sujeita, através do transporte marítimo.

Foi celebrado um protocolo de cooperação ente a Município do Porto Santo e a Sociedade de Desenvolvimento para garantir as melhores condições para a utilização e sua manutenção, o que permitiu desonerar a Sociedade dos encargos, sem qualquer receita.

PASSEIO DUNAR – PROMENADE

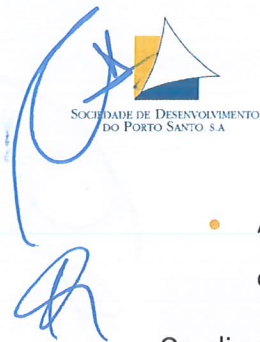


A Promenade do Porto Santo inicia-se junto ao Padrão dos Descobrimentos e prolonga-se numa extensão de aproximadamente 300 metros, à beira-mar, ao longo das dunas da praia do Porto Santo. É um espaço ao ar livre para usufruto da população, local e visitante.

No que concerne às diversas concessões e arrendamentos, as mesmas são objeto de contratos entre as partes.

Prevê-se dar continuidade a:

- Propostas para o estabelecimento de parcerias, envolvendo os municípios na parte em que seja viável a complementaridade das funções e áreas de atuação;
- Parceria com os Municípios / Juntas de Freguesia no âmbito da manutenção corrente de zonas públicas;
- Desenvolvimento de parcerias com os hoteleiros e empresas de animação turística de modo a dinamizar as infraestruturas;
- Aperfeiçoamento do sistema de incentivos para a atratividade da utilização dos equipamentos e infraestruturas, em especial das menos apetecíveis e mais penalizadas com a atratividade / Localização;
- Lançamento de procedimentos para a concessão de espaços com vocação comercial e ou com contratos em fase de caducidade;



- Análise das áreas com possibilidade de expansão junto aos espaços concessionados para esplanadas.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas serão desenvolvidos pela SDPS na concretização da estratégia de negócio, de encontro com os fins de interesse público subjacentes à Sociedade, na conjugação de esforços com os parceiros públicos e privados, institucionais e locais, em especial nos seguintes aspetos:

- Contribuição da empresa para a alavancagem do desenvolvimento sócio económico e ambiental da RAM, em especial da ilha do Porto Santo;
- Posicionamento como entidade impulsionadora no incremento económico e na melhoria da qualidade de vida das populações locais, acompanhando as tendências nos nichos de mercado desportivo, designadamente o padel e o golfe;
- Dinamização do Centro Cultural e de Congressos com angariação de novas dinâmicas culturais e sociais, bem como, albergar novos serviços públicos e privados.
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros da comunidade local e com o setor turístico, privilegiando o contacto com a APMadeira (Associação de Promoção da Madeira), fomentando a diversificação e a experiencição dos visitantes nomeadamente no Campo de Golfe, no Complexo de Ténis e Centro Cultural e de Congressos.

4.2. PREÇOS / TARIFÁRIOS

Prevemos a atualização dos tarifários nos seguintes termos;

- Atualização do preço em média de 10%;
- Atualização de taxas de concessão e de rendas nos termos contratuais, que em 2024 prevê-se em média 3%, de acordo com o plasmado nos respetivos contratos.
- Continuação do controlo com vista à redução/eliminação de créditos incobráveis;
- Revisão do Regulamento de cobranças.

4.3. RECURSOS HUMANOS

- Otimização dos recursos humanos, através do desenvolvimento e definição de competências polivalentes, motivando e adaptando os trabalhadores às unidades e empreendimentos que melhor se enquadrem nas respostas às suas problemáticas, com

- evidentes benefícios na eficiência e eficácia da organização e com reflexo positivo na orgânica da organização;
- Definição e implementação de normas e procedimentos internos tendo em vista o aumento da eficiência dos serviços, com benefícios operacionais e financeiros, libertando recursos para tarefas que se revelem adequadas à melhoria da performance financeira da sociedade e ao aperfeiçoamento das relações com os stakeholders;
 - Continuação da implementação da prestação de serviços de arquivo e elaboração de regulamento arquivístico;
 - Prestação atempada de informação clara e sucinta permitindo a tomada de decisões de forma mais célere e eficaz com templates dos documentos mais utilizados na gestão diária e respetivos circuitos de envio e receção;
 - Realização de reuniões com os Dirigentes das Unidades e dos Empreendimentos;
 - Dar continuidade ao disposto no acordo coletivo de trabalho implementado para os trabalhadores das Sociedades de Desenvolvimento, com vínculo jurídico laboral de contrato Individual de trabalho;
 - Continuidade de um plano de Recursos Humanos para a substituição das saídas, designadamente a consolidação de mobilidades, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços, quando tal se revele necessário;
 - Monitorização dos acordos de cedências de interesse público e de cedência ocasional;
 - Elaboração e Implementação do plano plurianual de formação 2024-2026;
 - Monitorização da prestação de serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho para os trabalhadores da empresa;
 - Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;
 - Receção de desempregados colocados pelo IEM – Instituto de Emprego da Madeira, sempre que tal se manifeste do interesse das partes;
 - Incentivo ao autodesenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível;

- Simplificação de procedimentos e reorganização do trabalho:
 - Análise das funções dos vários serviços de modo a evitar redundância até final de 2025;
- Motivação e alinhamento das pessoas com os objetivos estratégicos definidos:
 - Ações para o desenvolvimento de competências adequadas;
 - Elaboração de manual de procedimentos e de controlo interno até final de 2025;
- Planos de contratação de competências necessárias, em regime de *outsourcing*:
 - Em função dos projetos de valor relevante e ou complexidade técnica demasiado especializada, aquisição de serviços de:
 - Equipa de Projetistas;
 - Equipa de Fiscalização e coordenação de segurança;
 - Assessoria jurídica e técnicas especializadas.
- Planos de reforço de pessoal:
 - Em 2025, está previsto a contratação de 1 técnico de informática para desempenhar funções nos escritórios no Funchal.
- Planos de substituição de pessoal, designadamente pela via das aposentações:
 - Em 2025 não se prevê substituições por via de aposentações.
- Ações de formação previstas, elencadas no plano de formação plurianual 2024-2026.

QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS

Pessoal	2022	2023	2024	2024	2025	Δ (2025-2024)	
	Execução	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	55	54	55	55	55	0,0	0,0%
N.º de membros dos órgãos sociais	5	4	4	4	4	0,0	0,0%

Pessoal	2022	2023	2024	2024	2025	Δ (2025-2024)	
	Execução	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Valor	%
N.º de membros dos cargos de direção	4	4	4	4	4	0,0	0,0%
N.º dos restantes trabalhadores	46	46	47	47	47	0,0	0,0%

No quadro supramencionado estão contabilizados todos os trabalhadores SDPS, S.A., independentemente do vínculo laboral e local onde desempenham funções. Note-se que existe trabalhadores cedidos ao abrigo de acordos de cedência de interesse publico e acordos de cedência ocasional.

No quadro acima, é possível verificar que o n.º total de trabalhadores da SDPS, entre 2024 e 2025, mantem-se.

QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS TOTAIS DE RECURSOS HUMANOS

	2022	2023	2023	2024	2025	Δ (2025-2024)	
	Execução	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Valor	%
Gastos totais com pessoal	1 006 821,71 €	1 260 444,00 €	1 198 339,75 €	1 217 191,00 €	1 278 050,55 €	60.859,55 €	4,7%
Gastos com órgãos sociais	49 717,39 €	55 352,00 €	38 697,06 €	43 210,00 €	45 370,50 €	2.160,50€	4,7%
Gastos com cargos de direção	191 755,37 €	202 736,00 €	167 733,22 €	182 763,00 €	191 901,15 €	9.138,15€	4,7%
Remuneração do pessoal	483 578,79 €	759 486,00 €	772 779,52 €	760 298,00 €	798 312,90 €	38.014,90€	4,7%
Benefícios pós-emprego	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Ajudas de custo	- €	3 000,00 €	- €	3 000,00 €	3 150,00 €	150,00€	4,7%
Rescisões / Indemnizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Restantes encargos	281 770,16 €	239 870,00 €	219 129,95 €	227 920,00 €	239 316,00 €	11.396,00€	4,7%

O aumento dos gastos previsto para o ano de 2025, deriva das atualizações salariais. As atualizações salariais dos trabalhadores da SDPS, S.A., serão efetuadas nos termos do n.º 1 da cláusula 94.ª do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), publicado no JORAM n.º 12, III Série, de 12 de junho de 2023, que determina a aplicação nos mesmos termos do que for determinado para os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

Nas atualizações dos vencimentos que foram previstas para o triénio 2024-2026, foi tida em conta a conjuntura atual em que se prevê um incremento significativo nos salários e que já em 2024, foi tida em conta a conjuntura atual em que se prevê um incremento significativo nos vencimentos, conforme resulta do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, em linha com a estratégia plurianual de valorização de carreiras e das remunerações, com reflexo direto nas atualizações salariais ocorridas e aumentos do subsídio de alimentação.

QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

	2022	2023	2023	2024	2025	Δ (2025-2024)	
Informação adicional	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Valor	%
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2023	-	-	-	-	-	-	-
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	-	-	-	-	25 261,35 €	25.261,35€	100%
(iii) Cumprimento de disposições legais	-	-	-	-	-	-	-
(iv) Orientações expressas do acionista RAM	-	-	-	-	-	-	-
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-	-	70 672,85 €	-	-	-	-
(vi) Outras valorizações remuneratórias	-	-	10 419,34 €	-	-	-	-
(vii) Rescisões por mútuo acordo	-	-	-	-	-	-	-

Os gastos com contratações previstas em 2025, refere-se ao recrutamento de 1 Técnico de Informática.

No que concerne ao cumprimento de disposições legais e orientações expressas do acionista RAM, a SMD, procede em conformidade com o disposto no artigo 69.º, secção IV, capítulo XI, do DLR n.º 2/2025/M, referente ao orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2025.

QUADRO 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS ENTRE 2022 E 2024

	Situação a 31/12/2022	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024
Órgãos Sociais (OS)	5	4	4
Cargos de direção (s/OS)	4	4	4
Técnico Superior	6	4	4
Assistente Técnico	17	17	17
Assistente Operacional	23	25	25
Técnico Informática	0	0	0
Total	55	54	54

QUADRO 8 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS EM 2025

Grupo Profissional	Situação a 01.01.2025			Movimentos de Pessoal - 2025						
	Idade média	nº de trabalhadores com 60 ou mais anos	nº de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade e/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2023	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	Situação a 31/12/2025
Órgãos Sociais (OS)	58	2	0	0	0	0	0	0	0	4
Cargos de direção (s/OS)	54	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Técnico Superior	44	0	0	0	2	0	0	0	0	4
Assistente Técnico	42	0	0	0	3	0	0	0	0	17
Assistente Operacional	51	3	0	0	1	0	0	0	0	25

Grupo Profissional	Situação a 01.01.2025			Movimentos de Pessoal - 2025						
	Idade média	nº de trabalhadores com 60 ou mais anos	nº de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade e/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2023	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	Situação a 31/12/2025
Técnico Informática	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	50	6	0	0	6	0	0	1	0	55

4.4. CONTROLO E ADEQUAÇÃO DE GASTOS

Os gastos propostos visam responder às atividades da Sociedade, de modo a cumprir com as funções.

Destaque para os gastos com eletricidade e água, pelo que está prevista a candidatura comunitária ao projeto de eficiência energética.

4.5. ENDIVIDAMENTO

Não se prevê recurso a endividamento.

Foi concluída a cessão de posição contratual para a RAM do empréstimo contraído junto do PBB.

5. ORÇAMENTO

5.1. PRESSUPOSTOS

O presente Instrumento de Gestão Previsional foi elaborado num contexto em que o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2025 apenas foi aprovado em sessão plenária da Assembleia Legislativa em 20 de junho de 2025, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2025/M, de 2 de julho. Assim, não obstante já existirem dados de execução real disponíveis à data de elaboração deste documento, para o ano de 2024 foram considerados os elementos constantes do respetivo Plano de Atividades e do Orçamento Corrigido, conforme previsto nas instruções aplicáveis à elaboração dos instrumentos de gestão.

Os pressupostos para a elaboração do orçamento assentaram na previsão de execução do orçamento de 2024 (orçamento base zero), assente nas seguintes premissas:

- Despesa:
 - Pessoal: Crescimento de 5 % em relação a 2024.
 - FSE: Crescimento de 3% em relação a 2024;
- Receita:
 - Crescimento médio de 10 % em relação a 2024;
 - Alienação lotes de terreno da 1.ª fase do loteamento – 200 000,00€.

5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

5.2.1. ORÇAMENTO DE RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

Tendo por base todos os montantes resultantes das rendas, das licenças e das prestações de serviços diversas, estimam-se rendimentos operacionais para o ano de 2025 no montante global de 1 584 701€.

5.2.2. ORÇAMENTO DE GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Para o ano de 2025 foram orçamentados gastos operacionais no montante de 3.911.853€, conforme discriminado no quadro seguinte.

Comparativamente ao ano anterior verifica-se um acréscimo global, de 38%.

QUADRO 9 - GASTOS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2024 (Previsão)	2025	VAR (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	45 348	46 482	3%
Fornecimentos e serviços externos ⁷	414 138	1 460 810	253%
Gastos com pessoal ⁸	1 179 814	1 321 199	12%
Amortizações do exercício ⁹	1 176 735	1 033 363	-12%
Outros gastos operacionais	18 400	50 000	172%
GASTOS OPERACIONAIS TOTAIS	2 834 434	3 911 853	38%

Fonte: SDPS

QUADRO 10 – DESCRIMINAÇÃO FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS